

## Transformações no Mundo do Trabalho e o Papel dos Sindicatos na Qualificação dos Trabalhadores

Edson Francisco Stein\*

**Resumo:** Esta pesquisa tem como foco de investigação a ação educativa realizada em sindicatos de trabalhadores, diante das novas demandas de qualificação e requalificação profissional, decorrentes da reestruturação capitalista. Analisou-se de que forma os sindicatos de trabalhadores estão respondendo à demanda por trabalhadores multifuncionais, obrigados a executar múltiplas tarefas como forma de garantir uma produtividade que gere uma taxa de lucro capaz de remunerar o capital, na atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista denominada acumulação flexível. Os trabalhadores, na sua grande maioria, buscam os cursos como forma de ter acesso a escolarização de 1º grau, relegando a questão da qualificação a segundo plano. Além disso, os resultados mostraram que as políticas de qualificação implementadas pelos sindicatos pesquisados reproduzem a qualificação taylorista/fordista no que há de mais frágil. As novas demandas exigem trabalhadores que tenham habilidades cognitivas, o que exige escolarização básica. Os sindicatos implementam cursos de qualificação/ requalificação, na lógica da reprodução capitalista, incorporando o discurso de que os trabalhadores estão desempregados porque não estão qualificados. Com seus cursos de qualificação, os sindicatos assumem uma tarefa que é do capital, criando uma ilusão e falsa expectativa para os trabalhadores de que, fazendo os cursos, conseguirão empregos. Países desenvolvidos, embora tenham conseguido alcançar a universalização do ensino equivalente ao segundo grau no Brasil, e mesmo aqueles que contam com 60% de sua população atendida pelo ensino de terceiro grau, não encontraram uma fórmula capaz de evitar as elevadas taxas de desemprego que penalizam seus trabalhadores. Demonstra-se, assim, que estar ou não desempregado independe da escolarização. O desemprego é necessidade e condição para a acumulação capitalista. Os sindicatos devem retomar seu papel histórico de organizar os trabalhadores na busca da distribuição da riqueza que é produzida pelo trabalho.

**Palavra Chave:** qualificação, requalificação, educação, sindicato, acumulação flexível.

### 1 Introdução

O objetivo central deste artigo é analisar qual papel os sindicatos de trabalhadores pesquisados, têm desempenhado diante das novas demandas de qualificação e requalificação, causadas pela reestruturação dos processos de produção, na atual etapa de desenvolvimento capitalista.

As novas demandas do mundo do trabalho exigem trabalhadores com uma maior flexibilidade para execução de múltiplas tarefas; que têm como objetivo a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade, dos que continuam empregados. Segundo Marx<sup>1</sup> a taxa de lucros é determinada pela força produtiva empregada na produção de uma mercadoria qualquer. A quantidade de mercadorias produzidas em determinado tempo ou mediante uma determinada quantidade de trabalho empregado, depende da

\* Mestre em Educação - UFPR. Professor da UNIBRASIL.

<sup>1</sup> MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Victor Civita, 1982. p. 174

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

força produtiva (produtividade) do trabalho empregado e não da extensão ou duração do trabalho. A taxa de lucro depende da produtividade que a força produtiva empregada é capaz de gerar. A força produtiva do trabalhador multifuncional gera uma produtividade maior, pela incorporação de novas tecnologias ao processo de produção, garantindo uma taxa de lucro igual com um número cada vez menor de trabalhadores, o que causa desemprego.

O problema do desemprego é inerente ao modo de produção capitalista e sob o capital não tem solução. Ao contrário só tende a se agravar, pela a incorporação crescente de tecnologia ao processo de produção. Não se trata aqui de negar o desenvolvimento; mas denunciar o caráter excludente do processo de acumulação desse modelo de sociedade.

Então, diferente do que tem sido afirmado não será uma maior qualificação ou um maior nível de escolaridade que darão conta de garantir o emprego a todos. Um maior e melhor nível de educação contribuirá entre outras, para facilitar o entendimento dos fundamentos dessa sociedade.

Diante deste quadro os sindicatos de trabalhadores passam a assumir posições que não estavam tradicionalmente incluídas na pauta de lutas dos trabalhadores; entre estas se destaca a questão da educação e qualificação dos trabalhadores.

Como a educação se insere no âmbito da lutas hegemônicas, a pesquisa verificou se os sindicatos ao assumirem a tarefa de educar e qualificar os trabalhadores organizaram seus conteúdos e métodos pedagógicos, na perspectiva de construir a hegemonia do projeto que interessa aos trabalhadores; ou se a metodologia de ensino utilizada reforça a pedagogia burguesa de dominação das elites sobre os trabalhadores.

A escola nasce para formar os dirigentes, na perspectiva das elites dirigentes. Na sociedade capitalista a escola é destinada às elites em detrimento e para perpetuar a exclusão dos trabalhadores da organização e controle social do Estado e dos processos de produção. A educação para o trabalho é uma educação que habitua o trabalhador e é implementada porque isso interessa ao capital. Interessa na medida em que trabalhadores mais qualificados têm uma produtividade maior, o que amplia a expropriação do trabalho realizado e não pago, aumentando os lucros dos capitalistas. *"... não se esgota no desenvolvimento de habilidades técnicas que tornem o operário capaz de desempenhar sua tarefa no trabalho dividido. Muito mais ampla, ela objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário o que significa sua habituação ao modo capitalista de produção."*<sup>2</sup>

No processo de produção fordista/taylorista, os sindicatos tinham uma relação com a educação diferente daquela que estão adotando atualmente como respostas a precarização do trabalho e ao desemprego, causados pela reestruturação produtiva. Para atender as demandas de qualificação do processo de produção fordista/taylorista, a formação dos trabalhadores era feita com o objetivo de qualificá-los para uma determinada

<sup>2</sup> KUENZER, Acácia Z. *As relações de produção e a Educação do Trabalhador: da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo*. PUC - SP, 1984. Tese de Doutorado. pg. 63

função, no processo de divisão técnica do trabalho. Os sindicatos negociavam e incluíam nas convenções coletivas os parâmetros que regulavam de maneira coletiva as condições das relações de trabalho. Sob a acumulação flexível, dos trabalhadores exige-se qualificação que lhes dê habilidades cognitivas para exercer múltiplas tarefas quando são submetidos a um processo de intensificação do trabalho, tendo que estar permanentemente se reciclando como forma de permanecerem empregados, já que nessa nova forma de relação de trabalho, as condições de vínculo são negociadas individualmente. Isto tem provocado uma situação de intensificação da concorrência entre os trabalhadores, levando-os a atitudes cada vez mais individualistas, o que enfraquece a capacidade de negociação dos trabalhadores enquanto indivíduos e enquanto organização.

Considerando esta realidade, a pesquisa verifica se a pedagogia utilizada e no espaço de autonomia possível, na implementação das políticas de educação pelos sindicatos, educa e qualifica/requalifica os trabalhadores numa perspectiva emancipatória ou se adentra-os para o capital.

Considerando que a educação se insere no âmbito da hegemonia, dos sindicatos, ao chamarem para si a tarefa de educar e qualificar/requalificar os trabalhadores, espera-se que orientem sua ação educativa na perspectiva de construir e sustentar o projeto que serve aos trabalhadores.

A quem servem e quais objetivos buscam as políticas educacionais implementadas pelos sindicatos de trabalhadores?

## 2 As Novas Demandas da Reestruturação Produtiva

A atual fase de desenvolvimento capitalista tem colocado diversos desafios aos trabalhadores e às suas representações de classe, os Sindicatos.

A “*acumulação flexível*”,<sup>3</sup> identificada por processos de produção cambiáveis, que podem ser adaptados rapidamente para produzir novos tipos de produtos e atender demandas específicas, pode ser representado por fábricas construídas em módulos, que podem ser desmontadas e remontadas em outro local e até em outro país. Requerem trabalhadores polivalentes e/ou multifuncionais, exercendo várias atividades e funções, realizando, ao mesmo tempo, tarefas que antes eram de dois ou mais trabalhadores. Essa nova forma de produção é diferente do processo de produção fordista, que tinha uma linha de produção fixa, rígida e estruturada, para um determinado produto, que não podia ser modificada. Seus trabalhadores tinham funções fixas, específicas e repetitivas. O atual estágio de produção, que está substituindo o processo de produção fordista, é caracterizado por mudanças na organização do trabalho e utilização de novas tecnologias,

<sup>3</sup> HARVEY, D. A condição pós-moderna. In ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo SP. Editora Cortez. 3ª ed. 1995. p.16.

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

que garantam a reprodução do capital, num cenário em que se acirra a concorrência intercapitalista, onde a busca por taxa de lucros suficiente para remunerar o capital investido se intensifica.

O desemprego crescente, que intensifica cada vez mais a disputa por postos de trabalho, exigindo maiores e novas habilidades dos trabalhadores, para que possam se inserir num processo de trabalho que a cada dia exige deste trabalhador maior flexibilidade na execução de múltiplas tarefas, coloca em xeque a capacidade dos Sindicatos apresentarem alternativas factíveis de enfrentamento e solução dos problemas que se apresentam.

O processo de reestruturação tem aprofundado a segmentação do mercado de trabalho e a precarização das condições de trabalho para os trabalhadores do chamado núcleo duro das empresas, que são aqueles com maior tempo de serviço, que passaram dos quarenta anos de idade e com maior escolaridade; isto ocorre também para os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho terceirizados e para os desempregados. (POCHMANN, 1998).

No Brasil, os novos processos de gestão e organização do trabalho, pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, têm possibilitado um grande aumento no índice de produtividade e a redução de custos, em detrimento do nível de emprego.

O processo de globalização da economia, aliado ao processo de reestruturação produtiva, provocou o fechamento de um grande número de empresas, conseqüência da concentração de capitais.

*"Com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista precisa ter em mãos para o emprego produtivo do trabalho; mínimo necessário tanto para sua exploração em geral, quanto para que o tempo de trabalho empregado seja o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, para que não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. E, simultaneamente cresce a concentração, pois, além de certos limites, um capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente do que um capital pequeno com taxa grande. Essa concentração crescente provoca, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucros."*<sup>4</sup>

Realimentando a concentração de capitais e acirrando a concorrência intercapitalista.

Muitas empresas brasileiras, como é o caso da Metal Leve, um dos símbolos e marco do processo de industrialização no Brasil, ao verem suas taxas de lucros diminuírem, foram vendidas a grandes grupos multinacionais, por não conseguirem suportar a concorrência, de grandes empresas, cujo volume de capitais investidos permite uma acumulação mais rápida, do que as empresas com pequenos capitais.

<sup>4</sup>MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, v III, Tomo I, 1984. p.189

## EDSON FRANCISCO STEIN

Esse processo de fechamento de empresas, ou a sua incorporação por grandes grupos multinacionais, provoca uma acentuada desestruturação no mercado de trabalho no país, causando o desassalariamento da mão-de-obra, altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho. O que fica evidenciado, quando os trabalhadores não organizados, que prestam serviços a pequenas empresas, sem registro, em ocupações por conta própria (camelôs, biscateiros, etc.), vêm aumentando sua participação no universo de trabalhadores ocupados, e elevando a taxa de trabalhadores com relações de trabalho precarizadas. Já os trabalhadores organizados, que trabalham em grandes empresas, são registrados e têm um leque de proteções incluídas no contrato de trabalho, vêm continuamente reduzida a sua participação no número dos trabalhadores ocupados. (POCHMANN, 1998)

Esse processo de precarização dos empregos mostra a heterogeneidade das relações entre capital e trabalho. Numa ponta as formas mais modernas de relações de trabalho, representadas por empresas que informatizam os processos de trabalho e implantam processos de gestão que têm por base a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, onde as tarefas são organizadas para serem executadas por grupos de trabalhadores semi-autônomos, as chamadas células de produção; na outra extremidade estão as formas tradicionais de trabalho, com relações de trabalho sem proteção, representadas por trabalho escravo, trabalho infantil e ocupações sem rendimento.

Essas contradições, que permeiam a forma de organização da produção e as relações de trabalho, também ocorrem com grande impacto nas entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Segundo Antunes, sem entender e apreender a dimensão das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e suas conseqüências, os dirigentes e por conseqüência, os sindicatos, ficam na defensiva. O impacto dessa nova forma de organizar a produção, sobre o nível de emprego, põem em desespero os trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação. Como não perceberam a dimensão e o alcance desse processo, os sindicatos prendem-se a questões de sobrevivência do dia a dia, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo as negociações à manutenção dos empregos, e na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente, com a ilusão de que com isto conseguirão garantir os empregos dos seus representados. Abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia. A agenda passa a ser a defesa dos incluídos, ou seja, dos ainda empregados. Os patrões cada vez mais restringem as negociações ao âmbito da empresa, quando muito a segmentos muito restritos, dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, onde anteriormente as negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passam a ser por setor (ex. auto peças). Esse processo coloca os sindicatos contra a parede, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores. (ANTUNES 1995)

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

O abandono da luta pela transformação social, e a aceitação das condições impostas dentro dos limites do capital, passam a ser o marco dentro do qual o movimento sindical passa a atuar. O corporativismo passa a ditar os limites em que a maioria das ações sindicais passam a ser desenvolvidas. A falta de perspectivas e a não busca de alternativas leva os sindicatos a agirem dentro da institucionalidade, a participarem de fóruns tripartites, onde na maioria das vezes são meros legitimadores da implementação de políticas que substituem a igualdade pela equidade, facilitando a exclusão de uma parcela cada vez maior da população.

*“Ao adotar esse tipo de postura os sindicatos e por consequência os trabalhadores, ficam em uma posição defensiva, o que os impede de antever as consequências desse processo. Nesse quadro se consolida o objetivo neoliberal de tornar os sindicatos parceiros e atores funcionais da ordem capitalista. ...Acuada pelo impacto desmobilizador da crise, pelo acirramento do caráter seletivo e discriminatório das políticas de contratação e pelo avanço do discurso integrador do novo modelo da gestão empresarial, as organizações sindicais vêm redefinindo suas estratégias políticas e aceitando a participar de processos e fóruns colegiados de administração. ...O campo da negociação aparece, nesse contexto, como o recurso a ser privilegiado, aceitando-se compartilhar compromissos e deixando à margem, com isto, a busca do incentivo da mobilização social. ...as dificuldades na promoção do embate conduzem o sindicalismo ao paritarismo, como forma de manter-se na cena política e de intervir, mesmo que de maneira periférica, no debate a respeito dos rumos da regulação do trabalho e da formação profissional.”<sup>5</sup>*

O exemplo das câmaras setoriais reforça o abandono da concepção da luta de classes e a aceitação dos marcos da nova ordem econômica mundial, onde moderno é aceitar o acordo e a conciliação, concepções que estão dentro de um projeto maior de “*ideário e prática social democrata*”<sup>6</sup> mesmo que isto signifique a exclusão de muitos, prática que abandona os trabalhadores à própria sorte. (ANTUNES 1995)

Nesse cenário de economia globalizada e produção flexível os sindicatos, não conseguiram reagir, pelo contrário, se inseriram e se adequaram à nova ordem do capital. Além de não terem conseguido organizar alternativas de enfrentamento, dentro de uma concepção de classe, os sindicatos sofreram os reflexos desse novo paradigma de produção.

As novas formas de organização da produção provocam a redução e/ou extinção de muitos postos de trabalho e a precarização das relações de trabalho, pela terceirização e a contratação por tempo limitado. A diminuição do número de sindicalizados é consequência direta dessa nova situação. Isto provoca um enfraquecimento ainda maior dos sindicatos, diminuindo a sua representatividade e seu poder de mobilização, afetando fortemente também, o volume de arrecadação, via contribuição financeira de associados, o ponto mais sensível dos sindicatos. Ao optar pela via institucional e pela representação

<sup>5</sup> FIDALGO, F. *A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90*. Mimeo Artigo apresentado na ANPED/99 com elementos conclusivos da Tese de Doutorado defendida em 11 de março de 1999 na PUC/SP sob orientação do Prof. Dr. Celso João Ferretti. PUC- SP, 1999. Tese de doutorado. Pg. 3

<sup>6</sup> ANTUNES, Ricardo. *Op. cit.* p. 152

## EDSON FRANCISCO STEIN

dos com carteira assinada, os sindicatos deixam sem representação um enorme contingente de desempregados e excluídos.

As políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores implementadas pelos sindicatos de trabalhadores, de alguma maneira estão minimizando o abandono a que foram condenados os desempregados. Minimizam no sentido de representá-los, e ilusoriamente inclui-los, na medida em que viabilizam o acesso desses trabalhadores a cursos de qualificação/requalificação. Mas isto ocorre de forma subordinada aos interesses do capital, reforçando a constatação feita por Antunes, de que os sindicatos abandonaram as lutas anticapitalistas e de transformação social (ANTUNES, 1995).

Para facilitar a compreensão do porque dessas políticas de qualificação e requalificação e de como estão subordinadas ao projeto capitalista, é preciso compreender também, as reformas educacionais que estão sendo implementadas no Brasil.

### 3 Os Ajustes Neoliberais na Educação no Brasil

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, os organismos multilaterais têm seus papéis redefinidos, entre estes o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), etc. Com suas prerrogativas de agentes de intermediação de empréstimos, passam a impor como contrapartida à liberação dos recursos para os países em desenvolvimento, a implementação e adoção de reformas que atendam e facilitem a nova fase de acumulação capitalista. Em outras palavras, são agentes de consolidação em nível global do processo de acumulação flexível.

Numa economia globalizada, com mudanças rápidas e contínuas em termos econômicos e tecnológicos, os países em desenvolvimento, não tendo poupança interna suficiente, se vêem obrigados a captar recursos externos para financiar o seu desenvolvimento. Essa dependência os submete aos ditames dos países ricos, que detém os recursos de que necessitam.

No Brasil, as políticas educacionais e de qualificação profissional sofreram modificações importantes a partir dos anos 80. Nessas mudanças é possível notar uma grande semelhança entre o que se está adotando no Brasil e o que é sugerido pelos organismos multilaterais, que defendem uma educação diferenciada para os trabalhadores com níveis de atendimento bem definidos.

*“Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que a grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal”<sup>7</sup>*

<sup>7</sup> KUENZER, Acácia Z. “Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho”. in: *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999, p. 21.

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

Passou-se a priorizar os investimentos na educação geral (básica fundamental e média), sendo este o limite da prioridade do governo, e o único compromisso. Dar educação geral até a 8ª série para a massa de trabalhadores, acoplada à educação profissional de uma maneira aligeirada, para que estes, a grande maioria da população, consiga pelo menos uma ocupação informal, já que com essa formação não terão as competências requeridas para conseguir um emprego formal. Isto é implementado num processo de repartição de responsabilidade entre União, Estados e Municípios, mas continuando sobre o controle do governo federal a definição das políticas de educação para o ensino fundamental. *“A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação.”*<sup>8</sup>

Para este grupo de trabalhadores são destinados os poucos e bons empregos, em detrimento da grande massa de excluídos que no limite quando encontram ocupação, são em empregos precarizados.

O Banco Mundial propõe que os governos se ocupem da educação fundamental e, nos outros níveis afunilem cada vez mais o acesso, deixando o atendimento para o ensino privado.

Essa orientação do Banco Mundial está em consonância com a globalização econômica, que prega uma racionalização no uso de recursos, redução do financiamento pelo Estado das políticas sociais e concentração de esforços no sentido de organizar a educação de forma flexível, para atender, a cada momento e, de acordo com suas necessidades, o sistema produtivo. Coincidência ou não, o processo de privatização, imposição também do Banco Mundial e do FMI, tem provocado um acelerado processo de desnacionalização das economias, não fugindo a regra o Brasil.

Essa nova fase da economia capitalista necessita do que passou a ser chamado de desenvolvimento sustentado, ou seja, garantias de lucratividade para os capitais multinacionais que são aplicados nos países em desenvolvimento, através de investimentos diretos, comprando empresas privadas e estatais diretamente ou através de investimentos indiretos, na forma de empréstimos através do Banco Mundial e do FMI.

A educação passa a ser analisada pela lógica do custo/ benefício, como querem os organismos multilaterais. Os governos são orientados a reduzir seus gastos com as escolas técnicas e com o ensino superior, porque esses investimentos dariam pouco retorno, na medida em que o crescimento econômico desses países não consegue garantir emprego para tantos trabalhadores qualificados. Sobre as Escolas Técnicas, manifesta-se Cláudio de Moura Castro, Consultor do Banco Mundial: *“Em alguns estados menos industrializados, passaram mesmo a serem escolas cooptadas pelas elites locais... passaram a ser caminhos privilegiados para o vestibular... Ora, faz pouco sentido ensinar*

<sup>8</sup> KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: p. 21

## EDSON FRANCISCO STEIN

*Máquinas e Motores a custos elevadíssimos a quem nada mais quer do que passar no vestibular de Direito.”<sup>9</sup>*

Para o Banco Mundial “competência para o ensino superior não é um atributo universal”,<sup>10</sup> e no seu entendimento o governo deve redefinir seu papel de financiador da educação pública. Melhor seria que esses recursos fossem utilizados para subsidiar escolas técnicas privadas, que qualificariam trabalhadores com o perfil definido pelos empregadores e dentro da demanda por eles definida.

Sobre este ponto de vista a opinião da Profa. Acácia Kuenzer,

*“O Banco Mundial formula suas orientações para a educação no Brasil, a partir de um raciocínio, discriminatório, porém simples para o Banco, ‘ensino superior não é para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível, para o que, se exige estudantes bem preparados pela educação primária e secundária, cujos egressos devem se rigorosamente selecionados, premiando os que sejam realmente competentes’<sup>11</sup> ... ‘para o Banco Mundial e para boa parte de políticos, dirigentes e mesmo muitos intelectuais brasileiros, a ‘competência’ é um atributo biológico ou até mesmo divino, que não tem nada a ver com as condições econômicas, sociais, culturais na determinação das formas de produção, sistematização e divulgação do conhecimento’<sup>12</sup>*

Segundo o Banco Mundial, os governos devem subsidiar os empregadores que oferecem cursos de qualificação a seus trabalhadores, mesmo que a educação oferecida seja com o objetivo específico de treinar esses trabalhadores para exercer tarefas específicas para esse empregador. O subsídio viria através de bolsas de estudo, descontos nos impostos a pagar, etc.

O novo papel do governo em relação à educação deve ser no sentido de investir prioritariamente no ensino fundamental cuja taxa de rentabilidade dos investimentos com relação à redução da pobreza é mais alta; em seguida investir no ensino médio e continuar investindo apenas o necessário no ensino superior, orientando-se para que o financiamento seja mais equitativo e eficaz em função dos custos, de modo que os níveis primário e secundário possam merecer mais atenção, como resultado da progressiva privatização do 3º grau.<sup>13</sup>

As Escolas Técnicas como hoje são constituídas, segundo o Banco Mundial, não cumprem seu papel. Tem objetivos distintos, daquele de formar mão de obra para a produção, portanto devem mudar, para um modelo parecido com o modelo adotado na Inglaterra, de escola técnica que oferece a qualificação por módulos. O trabalhador não faz um curso regular, escolhe algumas qualificações que deseja receber e frequenta as

<sup>9</sup> KUENZER, Acácia Z. O ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 59.

<sup>10</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>11</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>12</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>13</sup> KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 69.

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

aulas. Cumprida a carga horária, recebe certificação da qualificação, que pode ser composta por um módulo de carpinteiro, outro de mecânico de automóvel, etc.

Neste mesmo sentido seguindo orientações do Banco Mundial, em alguns países, como o Egito, os governos adotam políticas contencionistas “forçando” os jovens a matricularem-se em escolas técnicas, como forma de desviar suas aspirações de cursar uma faculdade, desobrigando assim o governo, de oferecer vagas em maior quantidade no ensino superior. (BANCO MUNDIAL, 1992)

Para o Banco Mundial, a desregulamentação das condições necessárias para a constituição de escolas privadas de qualificação deve ser prioridade do governo, facilitando a constituição do maior numero possível dessas escolas, que diferente do governo, funcionarão dentro de critérios que levem em consideração o custo/benefício, bastando para isto que tenham a “liberdade” de fixar livremente suas taxas de matrícula e mensalidades. O governo teria a singela tarefa de evitar práticas abusivas por parte dessas escolas: “Ao ter seu foco na lógica do mercado, a educação profissionalizante não conseguirá conter a pressão para acesso ao 3º grau.”<sup>14</sup>

Considerando que a inserção dos países em desenvolvimento, no processo de globalização, se dá de uma forma subordinada, temos que considerar que algumas das pré-condições que são impostas a esses países, pelos organismos multilaterais, tem por objetivo facilitar a acumulação, e por conseqüência impor condições de comércio bilateral, que facilitem a realização de margens de lucros, que já não são possíveis nos países de origem desses capitais.

A realização dos lucros necessita de condições mais favoráveis e vantajosas, em relação às existentes nos chamados países centrais, que expatriam seu capital para locais em que essas condições lhes sejam mais propícias.

As taxas de desemprego crescentes, mesmo que setoriais, em todos os países é a demonstração, de que o desemprego e a exclusão, são condições inerentes ao modo de produção capitalista. Mostram que estar ou não empregado, na sociedade capitalista, não depende do grau de escolarização e qualificação dos trabalhadores, como quer nos fazer acreditar o governo brasileiro. Não fosse isso verdadeiro, como se explicam as altas taxas de desemprego entre os jovens e a população de meia-idade na grande maioria dos países desenvolvidos, que já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau, e em muitos casos mais de 60% já tem acesso ao ensino superior. Mesmo com esse nível de acesso a educação e a qualificação profissional, os trabalhadores dos países desenvolvidos enfrentam taxas de desemprego maiores do que aquelas encontradas em muitos países em desenvolvimento.

A diminuição dos postos de trabalho é uma conseqüência dos avanços tecnológicos e os ganhos de produtividade diminuem a quantidade de trabalhadores necessários para produzir o mesmo volume de bens e serviços. Esse ganho de

<sup>14</sup> KUENZER, Acácia Z. “O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil”. In: *Revista Universidade e Sociedade / Andes*, São Paulo, n. 12, fev. 1997.

produtividade que aumenta o tempo livre dos trabalhadores é apropriado privadamente em detrimento do coletivo e, ao contrário de libertar, condenam os trabalhadores a miséria e acentuam a exploração e a exclusão. Os defensores da doutrina liberal dizem que é o mercado que regula tudo, no que revelam uma grande contradição, porque se tiver ocupação para todos, não será o nível de qualificação ou de educação que determinará, quem tem ou não, emprego.

A forma capitalista de produção justifica a sua impossibilidade de garantir emprego a todos, transferindo para o indivíduo a falsa expectativa de que qualificar-se dará conta de incluí-lo novamente no mercado de trabalho. Isto induz o trabalhador a atitudes individualistas e egoístas, inviabilizando sobremaneira a possibilidade dos trabalhadores reagirem coletivamente a essa situação.

O falso discurso da empregabilidade, que passou a ser a palavra de ordem, definida como a capacidade de se obter um emprego e manter-se nesse emprego, atualizando-se e qualificando-se permanentemente como forma de acompanhar e adaptar-se as constantes mudanças no mundo do trabalho ilude os trabalhadores e suas representações de classe.

O trabalhador multifuncional é uma imposição do atual estágio de desenvolvimento, que precisa cada vez mais aumentar a produtividade dos que ainda estão empregados, para poder manter a apropriação da mais valia relativa e absoluta em taxas suficientes para remunerar o capital.

Como o emprego é a sua única forma de vida sob o capital, o trabalhador vai lutar desesperadamente por uma colocação, e para ele não importa que o vizinho morra, é o seu limite de sobrevivência que vai determinar sua conduta em detrimento da solidariedade. Como estão iludidos pelo discurso da qualificação e da empregabilidade e, abandonados pelas políticas públicas de educação e qualificação/requalificação, os trabalhadores, cobram dos seus Sindicatos a implementação de cursos de qualificação e requalificação.

Os dirigentes sindicais ao não perceberem o engodo contido no discurso da burguesia, assimilam as cobranças dos trabalhadores oferecendo cursos de qualificação e requalificação profissional.

Perdem assim dirigentes e trabalhadores a perspectiva da luta de classes, favorecendo e potencializando a luta intraclasse. Porque é isso que está ocorrendo.

#### 4 Políticas de Qualificação

A partir de meados da década de 90, as Centrais Sindicais e os sindicatos filiados incorporam às suas políticas de formação, também políticas de qualificação e/ou requalificação de mão de obra, uns mais outros menos, influenciados, pelo chamado processo de globalização da economia, e pela implementação das políticas neoliberais no Brasil, a partir do governo Collor. A influência toma corpo a partir do discurso da

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

necessidade de qualificação dos trabalhadores, como forma dos produtos fabricados no Brasil, ganharem competitividade no mercado externo. Para o país ganhar competitividade, segundo a política econômica adotada, seria necessário produzir com melhor qualidade e com uma produtividade maior dos trabalhadores brasileiros e, para o que seriam necessários trabalhadores mais qualificados e mais produtivos (DIEESE, 1999).

Com a abertura econômica, os produtos estrangeiros, mais baratos, invadiram o mercado brasileiro, o que provocou o fechamento de muitas empresas brasileiras, e por conseqüência, o desemprego de seus trabalhadores.

Os sindicatos pressionaram o governo para adotar políticas de proteção ao emprego. O governo responde que não pode fazer isso, porque o Brasil precisa se inserir no mercado globalizado e, que a forma de manter os empregos é termos trabalhadores mais qualificados e mais produtivos. Para alcançar esse grau de qualificação para os trabalhadores brasileiros, o governo propõe através do “*Ministério do Trabalho e coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, o Programa Nacional de Qualificação e Requalificação de Trabalhadores*”,<sup>15</sup> “*financiado com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT cujas receitas tem origem nas contribuições: do PIS (Programa de Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), parte da Contribuição Sindical, imposto compulsório descontado de um dia de salário de todos os trabalhadores, verbas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e verbas de impostos cobrados sobre operações financeiras*”.<sup>16</sup>

O FAT é administrado por um Conselho Tripartite, composto por governo, empresários e trabalhadores.<sup>17</sup> O Programa de Qualificação é implementado a partir de convênios com o governo, via Ministério do Trabalho, e consiste em cursos oferecidos por entidades governamentais, instituições de ensino, em nível federal, estadual e municipal, entidades de classe de trabalhadores e de empresários, com o objetivo de qualificar os trabalhadores para que sejam, mais qualificados e mais produtivos.

Muitos sindicatos de trabalhadores e/ou suas Centrais Sindicais, apresentam projetos de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores, que são aprovados nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Trabalho, dependendo do âmbito de representação da entidade. Com seus projetos aprovados, esses sindicatos passam a ter acesso a recursos financeiros, que possibilitam a oferta de cursos de qualificação e/ou requalificação profissional dos trabalhadores (BORGES, 2000).

Mas esse programa de qualificação e/ou requalificação de mão de obra não acontece, como inicialmente poderia se imaginar, para atender somente a demanda por

<sup>15</sup> KUENZER, Acácia Z. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53

<sup>16</sup> BORGES, Altamiro. “FAT: formação ou atrelamento ao estado?” *Debate Sindical*, São Paulo, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000, p. 28

<sup>17</sup> BORGES, Altamiro. *Op. cit.*, p.28

trabalhadores mais qualificados. Essa proposta atende e está inserida num projeto maior de conformação e adequação dos países, à atual etapa do modo de produção capitalista, denominada de acumulação flexível, que via Banco Mundial, FMI e BID, impõe reformas que facilitem o avanço das chamadas políticas de mercado.

Entre as reformas impostas para o Brasil, a da educação é uma das mais agressivas, que tem por objetivo desobrigar o Estado da sua responsabilidade pela educação, transferindo às instituições de ensino privadas, na lógica da economia de mercado a oferta da educação. Segundo Borges, de forma enviesada e através de projetos de conformação da educação e da formação profissional às demandas da produção, o governo, via fóruns tripartites, busca e aparentemente consegue cooptar os sindicatos como parceiros na execução desses projetos. A participação dos sindicatos de trabalhadores nos Conselhos tripartites dá legitimidade, perante os trabalhadores e sociedade na aprovação e, em alguns casos, também na execução das políticas de qualificação e requalificação profissional (BORGES, 2000).

### **5 Referencial dos Sindicatos na Implementação das Políticas de Formação e Cursos de Qualificação Profissional**

É a partir das novas exigências impostas aos trabalhadores que o movimento sindical passa a debater o seu papel em relação às políticas de formação profissional.

As políticas de qualificação da mão de obra se inserem no rol daquelas políticas que perderam o caráter universal, ao se tornarem específicas no atendimento de demandas pontuais. O processo de globalização da economia tem provocado a flexibilização e a eliminação de direitos sociais conquistados na longa história de lutas dos trabalhadores. Novas dimensões foram acrescentadas ao conflito trabalho/capital, ao provocar o surgimento de novas categorias de excluídos, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, gerando um grande e crescente contingente de desempregados, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento.

Junto com esse enorme rol de exigência impostas ao trabalhador, a atual fase do processo de acumulação, precariza as condições de trabalho, apresentando uma nova realidade, que foge da dimensão mais comum da sociedade capitalista, de classificar os trabalhadores em categorias gerais de incluídos ou excluídos, do processo de produção. Na sua fase neoliberal modifica a forma de inserção dos trabalhadores no processo produtivo. Essa inserção passa a ser definida de forma pontual e individualizada, a partir das demandas e prioridades do grande capital financeiro internacional, que se sobrepôs ao chamado capital produtivo, na definição dos investimentos na sociedade capitalista. (CASTEL 1998)

A desigualdade é substituída pela exclusão social. A bandeira da luta pelo fim das desigualdades econômicas e sociais, foi substituída pela luta pela inclusão social, já que agora, é preciso primeiro incluir os trabalhadores, para depois lutar contra as

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

desigualdades a que estão submetidos. As demandas pontuais do capital financeiro alteram a formulação das políticas públicas, e estas passam também a serem definidas para atender demandas específicas, de grupos e/ou segmentos como: trabalhadores que precisam ser qualificados e/ou requalificados, trabalhadores qualificados em profissões específicas, negros e mulheres. As políticas públicas deixam de ter um caráter universal e passam a ser definidas para atender clientelas específicas, incorporando, como é característico das políticas neoliberais, um caráter de exclusão, já que, segundo os liberais, infelizmente alguns irão sobrar, porque não se pode incluir todos.

A implementação desse tipo de política é facilitada pela concordância das entidades organizadas da sociedade em compor os fóruns de gerenciamento dessas políticas, normalmente tripartites (governo, empresários e trabalhadores) através de suas representações de classe, onde começa a construção de consensos, que dão um caráter de legitimidade ao processo de exclusão, amortecendo as reações ao aprofundamento da exclusão.

A partir desse cenário o movimento sindical passa a implementar políticas de qualificação e requalificação de mão de obra.

As principais Centrais Sindicais do Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FS (Força Sindical) e seus sindicatos filiados, cada um dos segmentos em seu campo ideológico, têm entendimento diferentes acerca do papel do movimento sindical em relação às políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Concordam que ocorreu e está ocorrendo uma grande mudança nas relações entre trabalho e capital, mas só conseguem visualizar uma das dimensões, na forma do desemprego crescente, sem, entretanto se dar conta da extensão e significado dessas mudanças (FS, 1993).

A Força Sindical e seus sindicatos filiados concordam que o número de trabalhadores empregados está diminuindo e as condições de trabalho estão mais difíceis. Aceitam que isto está sendo motivado pela falta de qualificação do trabalhador brasileiro, e que é o momento destes se qualificarem e irem em busca das oportunidades. Concordam que se exija dos trabalhadores maior qualificação, porque isto aumenta a sua produtividade e os lucros dos patrões e, assim o patrão ganhando mais, vai poder pagar mais aos seus empregados (FS, 1993).

Enquanto para a CUT e seus sindicatos, a situação de desemprego é fruto de uma política econômica equivocada, que aceita a lógica neoliberal, que provoca a recessão e não o crescimento econômico, mas também concordam que a saída é qualificar os trabalhadores, como forma de mantê-los empregados. Defendem que os cursos de qualificação e requalificação são um espaço privilegiado para politizar os trabalhadores, oferecendo a eles noções de cidadania e de seus direitos como cidadão (CUT, 1995).

Nos dois casos cada um a partir da leitura que fazem da situação, não percebem o problema como sendo de natureza estrutural, intrínseco ao modo de produção capitalista. Ao defenderem a criação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, reforçam as políticas de natureza conjuntural. A pressão provocada pelas demandas conjunturais, a

necessidade de melhorar o nível de educação e de qualificação dos trabalhadores, fez com que as organizações de trabalhadores, assumissem a responsabilidade por uma tarefa que não é sua, ao oferecerem cursos de ensino de 1º grau e de qualificação para os trabalhadores, contribuindo para uma formação fragmentada destes. (FS, 1998) (FIDALGO, 1999)

A partir dessa leitura, esses dois setores de maior representação no movimento sindical brasileiro, orientam suas ações, sempre dentro da ordem, objetivando fazer valer seus pontos de vista, mas que na realidade, não alteram os rumos, as conseqüências e o aprofundamento desse processo de exclusão, causados pelas novas formas de organização da produção. (ANTUNES, 1995)

### **6 Desemprego, Muitas Propostas, Nenhuma Solução**

As propostas e as alternativas de como resolver o problema do desemprego, crescente, são muitas. É possível perceber nessas propostas uma certa confusão, porque algumas acreditam que a crise do desemprego significaria o fim do trabalho. Há na verdade a redução do emprego, dos postos de trabalho, como conseqüência do desenvolvimento de novas tecnologias, que aumentam a produtividade do trabalho e máquinas que substituem, o trabalho do homem. Essa substituição do homem pela máquina, é natural, na medida em que o homem pela sua capacidade criadora vai modificando e desenvolvendo seus instrumentos de trabalho, como forma de facilitar a sua vida. O que não é natural é o que ocorre no modo de produção capitalista, onde o controle e a apropriação privada dessas tecnologias e instrumentos e, os resultados da sua aplicação, servem para excluir os trabalhadores de seus postos de trabalho e condená-los a miséria, excluindo-os de usufruir coletivamente os benefícios, proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos que esses trabalhadores foram capazes de desenvolver.

O trabalho, para Marx, é a ação autônoma e transformadora do homem sobre a natureza com o objetivo de produzir aquilo que é necessário para atender suas necessidades imediatas, sem o propósito de gerar excedente. Então o trabalho não é finito, sempre haverá a necessidade da ação do homem no sentido de transformar os recursos naturais de que dispõe com o objetivo de atender suas necessidades.

Por mais desenvolvida que possa ser a tecnologia utilizada sempre haverá a necessidade do homem comandar através de seu trabalho o processo de transformação dos bens disponíveis, em produtos que satisfaçam as suas necessidades. É justamente aí que está a confusão, não se pode confundir a redução drástica dos empregos, em conseqüência do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pelo homem, como sendo o fim do trabalho. Trabalho é uma coisa e emprego é outra. O emprego é a forma de subordinação do homem pelo homem, na utilização da força de trabalho, como insumo de produção, como mercadoria necessária ao processo de produção capitalista. Assim o desemprego é condição e conseqüência para que o modo de produção capitalista se

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

reproduza e facilite a acumulação privada dos resultados produzidos pelo próprio homem, na condição de trabalho subordinado. O desemprego é condição na medida em que a sua existência é fator de pressão sobre os trabalhadores que estão empregados, pela ameaça de perderem seu emprego para os que estão na fila do desemprego. É consequência porque a propriedade privada das máquinas, que foram produzidas e criadas pelo homem, substituem o trabalho do homem na produção de excedentes, que permite a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que exclui o homem dos benefícios da produtividade alcançada por essas máquinas. Não há que se negar o desenvolvimento das forças produtivas a questão a ser discutida é como a riqueza produzida é distribuída e consumida. Como na sociedade de classes só consome quem tem renda, os desempregados estão excluídos do processo de consumo.

A produção capitalista é organizada para produzir excedente, com o objetivo de obter lucro. Com o desenvolvimento da tecnologia, as máquinas conseguem produzir uma quantidade muitas vezes maior e mais rápido do que o homem, e, portanto é cada vez menor a necessidade da utilização do trabalho humano, vivo, para produzir as mercadorias. A produtividade alcançada pelas máquinas e pelas novas tecnologias deveria ser utilizada para a produção de mercadorias necessárias e na quantidade que atendesse as necessidades coletivas. Mas não é isso o que acontece, como o controle destas tecnologias é privado, estas são utilizadas para produzir mercadorias que se destinam ao mercado com o objetivo de gerar lucros, sem a preocupação de saber se atendem as necessidades coletivas. Sendo assim os avanços científicos e as novas tecnologias, sob o capitalismo, acentuarão o processo de desemprego na medida em que, sob controle privado, serão desenvolvidos sempre com o objetivo de gerar lucros e acumulação em detrimento do atendimento das necessidades da maioria. Esse processo de exclusão é a condição para a sobrevivência do capitalista, a despeito de todo desenvolvimento que o homem seja capaz de alcançar, sob esse modo de produção. É possível reduzir mais ainda o número de trabalhadores empregados, como consequência do grau de desenvolvimento de máquinas e novas tecnologias que substituam o homem no processo de produção. Mas o trabalho sempre existirá, se de forma autônoma ou subordinada, dependerá de como o homem se organizará socialmente.

Na realidade a crise do emprego tem sido causada pelo capitalismo, que de forma hegemônica tem ditado as condições de acumulação e exclusão que caracterizam a atual fase de desenvolvimento.

O homem não se coloca problemas, para os quais, antes, já não tenha encontrado solução. Quando o homem decidiu que alcançaria a Lua, já conhecia de que forma chegaria lá. A humanidade conhece a forma de resolver os problemas que ora se colocam, como o desemprego, a fome, etc., e estes, não tem sido equacionados, porque o modo como a sociedade está organizada, não permite que isso aconteça.

Com sua capacidade criadora o ser humano conseguiu até agora um grau de desenvolvimento científico fantástico, capaz de suprir e atender todas as necessidades imediatas de toda a população. O atendimento só não se efetiva, porque a exclusão, a

## EDSON FRANCISCO STEIN

fome e o desemprego, são necessários. A produção mundial e anual de alimentos é suficiente para alimentar toda a população que habita o planeta. Só que a oferta de todos esses alimentos no mercado reduziria a margem de lucros a zero, ou seja, os preços cairiam vertiginosamente. Então em nome de se garantir o modelo e a lucratividade, milhares de pessoas ao redor do mundo morrem de fome, enquanto produtores e governos, preferem deixar que esses produtos apodreçam em armazéns a colocá-los a disposição das pessoas famintas. Muitas vezes esses produtos nem chegam a serem estocados. No caso de super safras, o preço alcançado no mercado não compensa, em termos capitalistas, nem a colheita e muito menos a estocagem dos produtos. São deixados a apodrecer na terra ou então enterrados e/ou queimados, (ex. no Brasil: cebola, tomate, laranjas, café, ovos, etc.).

As propostas de solução para o problema do desemprego são muitas: redução da jornada de trabalho, trabalho comunitário, cooperativas de trabalho, etc. Em alguns países a jornada de trabalho tem sido reduzida sem no entanto resolver o problema do desemprego. Na Alemanha e na França os trabalhadores já conquistaram a jornada semanal de trabalho de 30 horas, no entanto isto não tem sido suficiente para garantir empregos para todos. Os índices de desemprego continuam com curva ascendente em todos os países; nos desenvolvidos, em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos os efeitos dessa situação para os trabalhadores e suas famílias é minimizado por um leque de proteções e garantias sociais, conquistados a partir da implementação do estado do bem estar social, de orientação social democrata. Entre outros benefícios, o Estado garante assistência médica hospitalar, educação pública e gratuita e um salário desemprego, com valor suficiente para custear condições básicas de sobrevivência, dentro do que se convencionou chamar do mínimo necessário. Mas esse leque de proteções sociais está ameaçado, pela necessidade de uma redução drástica dos gastos dos governos, como forma de possibilitar a redução de impostos e com isto de desonerar a produção, o que permitirá ao capital garantir suas margens de lucro, já que a concorrência intercapitalista se acentua permanentemente.

Os países desenvolvidos que são apresentados como modelos, criam uma grande ilusão nas populações dos países em desenvolvimento e/ou dependentes, na medida em que se diz que nesses países a vida é melhor e mais fácil. O que ocorre é que mesmo com o desemprego crescente, nesses países as proteções sociais por enquanto minimizam o sofrimento dos trabalhadores que perderam seus empregos.

A ilusão fica evidente quando na França, por exemplo, só em duas regiões do país, sendo uma delas a região de Paris, a renda que tem origem na remuneração dos fatores de produção, é maior do que a renda disponível. Nas outras regiões do país a renda coletiva só é positiva por conta de subsídios do governo, isto é, só se tem acesso, enquanto coletividade as condições mínimas de bem estar porque o governo subsidia. Não se pode negar que a França e a Alemanha são países capitalistas. Cabe perguntar então, de onde vem os recursos que permitem subsidiar a renda coletiva? Na maioria dos países desenvolvidos os recursos para financiar essas proteções sociais tem origem na

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

tributação da renda. Isto explica a origem de parte dos recursos que ainda financiam as proteções sociais que são oferecidas nesses países.

Os países desenvolvidos, de forma imperialista e monopolista, controlam as fontes de financiamentos, o desenvolvimento científico e tecnológico, e submetem os que dependem, desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, impondo-lhes exigências, adequação e reformas que facilitem e garantam as empresas transnacionais altas taxas de lucros que iram financiar o bem estar de suas populações, em detrimento dos outros povos. As exigências de reformas, como a trabalhista, fiscal, previdenciária e educacional, impostas pelos organismos internacionais (FMI, BID), como contrapartida a empréstimos, são para facilitar os lucros das empresas transnacionais.

Os sindicatos de trabalhadores por não compreenderem essa dinâmica do capital e por não perceberem a impossibilidade de empregar todos, têm a ilusão de que a qualificação/requalificação dos trabalhadores dará conta de garantir-lhes o emprego e de incluí-los no consumo e repartição da riqueza produzida.

### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. "O balanço do Neoliberalismo". In: SADE, E. e GENTILI, P. (org). *O Pós Neoliberalismo e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- BANCO Mundial. *Educacion Técnica y Formacion Profesional*. Washington: 1992.
- BORGES, Altamiro. "FAT: formação ou atrelamento ao estado?" *Debate Sindical*, São Paulo,, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000.
- BUISSON, Ferdinand. *Reformateurs Sociaux. Collection de Textes*. Paris. Librairie Félix Alcan, 1929. Capítulo III, Condorcet Membre de L' Assemblée Legeislative(1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574. Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti, Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CUT. *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT*. São Paulo, SP, dez. 1992. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional*. São Paulo, SP, set. 1993, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT*. São Paulo, SP, maio 1993.
- \_\_\_\_\_. "Formação profissional". In: *Resoluções 5º CONCUR*. São Paulo, SP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição para a formulação de políticas da CUT no campo da formação profissional*. São Paulo, SP, 1995, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Rumo à construção de um projeto educacional para o país*. abr. 1995, mimeo.

## EDSON FRANCISCO STEIN

- \_\_\_\_\_. *7ª plenária nacional*. Resoluções sobre formação profissional. São Paulo, SP, set. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Transformações do mundo do trabalho e perspectivas de emprego: formação básica multiplicadora*. Florianópolis, SC, Escola Sul, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Proposta - síntese para a constituição de Centros Públicos de Educação para Cidadãos Trabalhadores". In: *A formação e os desafios da CUT*. São Paulo, SP, 1996, mimeo.
- \_\_\_\_\_. "Relatório do Seminário Nacional sobre Formação Profissional". In: *A formação e os desafios da CUT*. São Paulo, SP, 1996, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *A formação e os desafios da CUT: formação profissional*. São Paulo, SP, 1996.
- \_\_\_\_\_. CGT.FS. Documento base para discussão no Seminário Nacional sobre Formação Profissional: "*Questões Críticas da Educação Brasileira*". São Paulo, SP, maio/1997.
- \_\_\_\_\_. *CNM - Revista dos Metalúrgicos*. São Paulo, SP, ed. dez./1997.
- \_\_\_\_\_. *6º CONCUT - Resoluções*. São Paulo, SP, 1997
- \_\_\_\_\_. *Manual de apoio para os cutistas: "participantes dos Cursos de Longa Duração sobre Reestruturação Produtiva dentro do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores - PCDA"*. 1º sem./1998. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Plano nacional de formação - 1998*. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ação sindical frente a reestruturação produtiva e a reforma do estado*. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ação sindical frente as mudanças tecnológicas e organizacionais*. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Programa integrar: formação e qualificação para o trabalho*. São Paulo, SP, jun. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Formação integral: educação e sindicalismo - caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros - Caderno 2*, São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Formação integral: manual dos conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego*. Convênio 011/97-Mtb/Sefor/Codefat - CUT. São Paulo, SP, 2º sem/1998.
- \_\_\_\_\_. "Curso de Formação de Dirigentes de Base" - *Projeto Alicerce*. Florianópolis, SC.: Escola Sul, 1999
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes e estratégias da política nacional de formação 1999/2000*. São Paulo, SP, maio 1999.
- \_\_\_\_\_. *9ª Plenária nacional da CUT: texto base*. São Paulo, SP, ago. 1999.
- \_\_\_\_\_. *1ª Conferência da Política Nacional de Formação: propostas*. B. Horizonte, MG, nov. 1999.
- DIEESE. *Tecnologia emprego e educação*. São Paulo, 1999.
- FERRETTI, J.C. Palestra proferida no Seminário *Crise no mundo do trabalho e a educação profissional: com ênfase no Planfor*. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação. Dez/1999.

## TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS NA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

- FIDALGO, F. *A formação profissional negociada: França e Brasil, anos 90*. PUC - São Paulo, 1999. Tese de doutorado.
- FIDALGO, F. *Palestra proferida no Seminário Tripartismo no Brasil: alcances e limites*. Curitiba- PR. UFPR Dez/1999.
- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. 2. ed. São Paulo, SP: Geração Editorial, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Secretaria Nacional de Formação*. São Paulo, SP, 1996 mimeo.
- \_\_\_\_\_. *3º Congresso Nacional da Força Sindical*. "Os novos mercados de trabalho: a educação e a requalificação profissional." São Paulo, SP, 1997. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas e alternativas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social*. São Paulo, SP, out. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Boletim Força Jovem*. São Paulo, SP, nov. 1998.
- \_\_\_\_\_. *A formação profissional na política de emprego: coletânea de convenções e resoluções da OIT*. São Paulo, SP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Recursos humanos e formação profissional*. São Paulo, SP, mar. 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- KUENZER, Acácia Z. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, Acácia Z. "O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil". In: *Revista Universidade e Sociedade / Andes*, São Paulo, n. 12, fev. 1997.
- KUENZER, Acácia Z. - "Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho." in: *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, mio/ago. 1999.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP, 1986.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *La Sagrada Família*. México, Editora Grijalbo, 1962.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa: Estampa, 1973.
- MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha, in: MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3 ed. São Paulo: s/ed. 1982.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, v I, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1983. t. I, v. 1.
- NETO, Sebastião Lopes. *As experiências atuais de educação e formação profissional da CUT*. São Paulo, SP. 1998 mimeo.

## EDSON FRANCISCO STEIN

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul, 1992.

POCHMANN, Márcio. "Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século". In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, PR n. 10/11, GEES - Deptº. de Ciências Sociais - UFPR. 1998.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Victor Civita, v. I, 1983.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *Teoria Marxista na Educação*. São Paulo, SP, Martins Fontes, 1976.